

## REGULAMENTO

BOLSAS SANTANDER para ERASMUS

2024/2025

A **Fundação Santander Portugal**, com sede na Rua da Áurea n.º 88, 1100.063 Lisboa ("**Fundação**") é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de património suficiente e irrevogavelmente afetado à prossecução de um interesse social, designadamente potenciar o progresso sustentado da sociedade portuguesa nos domínios da educação, empregabilidade e do bem-estar, bem como gerir e valorizar o património histórico e artístico do **Banco Santander Totta, S.A.**, atuando em Portugal, bem como nas comunidades onde este opera;

No âmbito da sua atividade no apoio à Educação, procura promover a igualdade de oportunidades dos jovens universitários no acesso à Educação, à Empregabilidade e ao Empreendedorismo, em conjunto com o Banco Santander Totta, S.A.

A Fundação para além de procurar promover o acesso, permanência e sucesso nos estudos universitários, sem distinção de género, etnia, religião ou de condição política, social ou económica, pretende incrementar a mobilidade internacional de estudantes portugueses.

Nesse sentido, a Fundação criou o **Programa Bolsas Santander para Erasmus ("Programa")** com a finalidade de incentivar os estudantes a experimentar uma vivência internacional, multicultural e em diferentes geografias e idiomas, enriquecendo o seu currículo académico e preparando melhor os estudantes para um futuro pessoal e profissional que será inevitavelmente de maior proximidade entre pessoas de todo o mundo.

O objetivo do Programa é ajudar os estudantes universitários que vão realizar estudar no estrangeiro durante o **ano letivo 2024/2025**, promovendo assim a mobilidade e formação de estudantes a nível internacional.

Assim, esta iniciativa pretende atribuir bolsas a estudantes universitários que, apresentando a sua candidatura e preenchendo as condições de elegibilidade sejam qualificados para o Programa ("**Candidatos ou Beneficiários**") após seleção de acordo com os princípios de publicidade, transparência interna, mérito e equidade.

Consciente de que cada Instituição de Ensino Superior ("**IES**") conhece melhor a realidade social dos estudantes, a Fundação apoiar-se-á nas IES suas parceiras para gerar candidaturas, identificar, selecionar e atribuir bolsas de estudo a alunos que demonstrem, através de resultados concretos, interesse e empenho em ter uma experiência de mobilidade internacional.

O Regulamento do Programa é constituído pelas suas Disposições Gerais (DG) comuns a todas as IES aderentes e Disposições Particulares (DP) destinadas a fixar as especificações de cada IES em que é definido o número de bolsas, o valor das mesmas e outros critérios específicos que cada IES considerará para seleção dos bolseiros.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **1. Destinatários e Propósitos**

1. As Bolsas Santander para Erasmus são destinadas a apoiar a estudantes de licenciatura ou mestrado, inscritos na IES aderentes ao Programa, e que participem a frequentar um período de mobilidade no âmbito do programa ERASMUS + numa Instituição de Ensino Superior estrangeira.

1.2. A Finalidade do Programa e da atribuição de Bolsas Santander no âmbito do Programa Erasmus + e a de dotar os estudantes com limitações económicas de um apoio financeiro tendente a fomentar o seu desempenho académico.

## **2. Número e valor das bolsas**

2.1. O número e o valor das Bolsas e as respetivas modalidades serão definidas nas Condições Particulares por cada IES

2.2. A IES e a Fundação podem alterar o número de Bolsas atribuído a cada IES.

## **3. Obrigações das IES aderentes**

3.1. As IES aderentes deverão ser subscritoras da Carta Erasmus para o Ensino Superior, nomeadamente:

- a) a IES participante deve realizar atividades de mobilidade para efeitos de estudo e de ensino unicamente no âmbito de acordos anteriores entre instituições.
- b) selecionar os potenciais participantes e atribuir as subvenções de mobilidade de uma forma justa, transparente, coerente e documentada, em conformidade com as disposições da sua convenção de subvenção com a agência nacional.
- c) Deve ainda assegurar procedimentos justos e transparentes em todas as fases da mobilidade e no processo de resposta a consultas/reclamações dos participantes.
- d) A IES participante deve garantir que, no caso da mobilidade de créditos, não são cobradas aos estudantes em mobilidade taxas para propinas, inscrição, exames ou acesso a laboratórios e bibliotecas.
- e) Após a atividade de mobilidade, a instituição deve ainda garantir o reconhecimento automático e pleno dos resultados do período de aprendizagem no estrangeiro do concorrido ao assinar os acordos bilaterais pertinentes de reconhecimento de estudos, reciprocidade e colaboração com as IES de destino, que facilitem o melhor aproveitamento académico dos alunos beneficiários.

3.2. A participação de cada IES no Programa será formalizada através da adesão a estas regras através do site [www.bolsas-santander.com/pt](http://www.bolsas-santander.com/pt) mediante o procedimento «online de adesão a programas de bolsas de estudo nele estabelecidos, o que implica a aceitação pelas

IES do Regulamento do Programa e será considerado um acordo de colaboração entre as IES participantes e a Fundação.

3.3. As IES que participam no Programa serão responsáveis pela concessão e gestão do número de bolsas de estudo que lhes são atribuídas, respeitando em qualquer caso os termos e condições contidos neste documento, sendo responsáveis pela coordenação e gestão dos procedimentos internos que possam ser necessários para a atribuição e acompanhamento das bolsas de estudo.

3.4. O processo de inscrição no Programa por parte dos alunos interessados, a gestão de candidaturas e a seleção de participantes serão realizados através da plataforma bolsas localizadas no site [www.bolsas-santander.com/pt](http://www.bolsas-santander.com/pt)

3.5. As IES participantes devem divulgar o Programa, identificando claramente o site de registo [www.bolsas-santander.com/pt](http://www.bolsas-santander.com/pt) dentro das respetivas comunidades universitárias e gerir, através da convocatória pública correspondente e/ou dos procedimentos internos que estabeleceram para o efeito, a seleção dos estudantes beneficiários, respeitando em qualquer caso os critérios estabelecidos neste documento.

3.6. O presente Regulamento deve ser respeitado pelas IES que participam na convocatória.

3.7. Para garantir o máximo aproveitamento das Bolsas Santander para Erasmus, as IES aderentes comprometem-se a fazer as atribuições dentro dos prazos estabelecidos para esse fim. Caso contrário, sem declaração de uma justa causa e por escrito, entende-se que as Instituições de Ensino Superior renunciam as bolsas concedidas e não atribuídas, ficando estas disponíveis para o Programa.

## **4. Condições de Elegibilidade dos Beneficiários**

### **4.1 Condições de Elegibilidade dos Beneficiários**

4.1. São condições obrigatórias de elegibilidade:

a) Estar matriculado numa IES com acordo celebrado com a Fundação e a frequentar o ciclo de estudos da licenciatura ou do mestrado, respeitando os critérios de elegibilidade do programa Erasmus+.

b) Ter concorrido a um programa de mobilidade no âmbito do Programa Erasmus+.

4.2. Às condições obrigatórias mencionadas no número anterior, acrescem outras condições particulares a determinar pelas IES a elencar nas Disposições Particulares.

### **5. Convocatória de candidaturas**

A IES aderente divulgará junto dos estudantes, através de todos os meios digitais e físicos habitualmente utilizados para esse fim, as datas de início e final do processo de candidatura, os critérios de elegibilidade, número de bolsas a atribuir, dirigindo os candidatos para a plataforma [www.bolsas-santander.com/pt](http://www.bolsas-santander.com/pt) a fim de concretizarem a candidatura. O titular de dados pessoais é o candidato à Bolsa a quem os dados dizem respeito e que se registou na plataforma corporativa [www.bolsas-santander.com/pt](http://www.bolsas-santander.com/pt) para efeitos de candidatura à Bolsa, devendo consultar a política de privacidade da mesma.

### **6. Acumulação de Bolsas**

Podem ser atribuídas Bolsas a candidatos que concorreram ou obtiveram Bolsas Santander ou outras em algum momento passado.

Relativamente ao ano letivo em curso, não é permitido acumular bolsas de mobilidade Santander, sendo, no entanto, permitido acumular com outras bolsas ou apoios, privados ou públicos.

### **7. Prazos para candidatura**

Sem prejuízo de prazo específicos para cada IES, o prazo geral de candidaturas tem início no dia 07 de novembro de 2023 às 00:00 horas até ao dia 05 de abril de 2024 às 23:59.

### **8. Procedimentos e Documentação necessária à candidatura**

8.1. O procedimento e a documentação necessária à candidatura serão indicados em local adequado no portal em [www.bolsas-santander.com/pt](http://www.bolsas-santander.com/pt).

8.2. Competirá a cada IES determinar qual a documentação necessária para efetivar as candidaturas, de acordo com a especificidade de cada situação.

## **9. Avaliação das Candidaturas**

As candidaturas são avaliadas e seriadas por uma Comissão nomeada pela IES aderente.

## **10. Seriação**

10.1. As candidaturas serão ordenadas de forma decrescente de acordo com a classificação obtida segundo critérios estabelecidos e divulgados nas Disposições Particulares deste Regulamento.

10.2. As Bolsas serão atribuídas aos candidatos melhor classificados, até se atingir o número disponível.

10.3. Se um candidato decidir não prosseguir com a aceitação da Bolsa, essa será atribuída ao melhor classificado seguinte.

## **11. Divulgação de Resultados**

11.1. A lista dos candidatos a quem foram atribuídas Bolsas, será divulgada através do portal [www.bolsas-santander.com/pt](http://www.bolsas-santander.com/pt), bem como por todos os meios digitais e físicos habituais e através de mensagem por correio eletrónico para todos os candidatos.

11.2. Os candidatos devem autorizar expressamente a divulgação dos seus resultados.

11.3. O prazo para a divulgação dos resultados será, igualmente, indicado no portal [www.bolsas-santander.com/pt](http://www.bolsas-santander.com/pt) no ato de inscrição.

## **12. Recurso da decisão**

Compete a cada IES determinar se as decisões da Comissão de Avaliação são passíveis de recurso.

## **13 Aceitação das Bolsas**

Os Beneficiários terão de manifestar a sua intenção de utilizar a Bolsa atribuída, bem como a aceitação das regras implícitas nos termos indicados no ato de inscrição no portal.

## **14. Encargos de Candidatos, Bolseiros ou IES aderentes**

Todo o processo de candidaturas através da plataforma [www.bolsas-santander.com/pt](http://www.bolsas-santander.com/pt), é gratuito, não sendo imputáveis à Fundação quaisquer custos administrativos ou outros incorridos por candidatos, beneficiários ou pela IES aderente.

### **15. Valor e Liquidação da Bolsa**

A bolsa terá um valor de 500 ou 1 000 euros, sendo este uma opção da IES definida no nº I alínea b) das Condições Particulares. A Bolsa é paga pela IES ao beneficiário recorrendo aos fundos atribuídos no âmbito do acordo plurianual de mecenato celebrado com a Fundação, através de transferência eletrónica para as contas bancárias indicadas pelos candidatos.

### **16. Conta Bancária a Utilizar na Liquidação da Bolsa**

As contas bancárias indicadas pelos candidatos para receção do valor das bolsas deverão ser preferencialmente do Banco Santander Totta., S.A.

### **17. Impostos e taxas**

As Bolsas serão liquidadas pela IES aderente pelo seu valor bruto, não assumindo a Fundação a responsabilidade sobre quaisquer outros encargos, nomeadamente impostos ou taxas, que daí resultem.

### **18. Exceções, alterações e adendas ao regulamento**

- a) Todas as exceções, alterações e adendas ao presente regulamento serão comunicadas as IES aderentes num prazo de 5 dias uteis;
- b) a Fundação Santander reservam o direito de modificar o Regulamento do Programa, parcial ou totalmente em qualquer momento, informando os candidatos acerca das modificações introduzidas através da página [www.bolsas-santander.com/pt](http://www.bolsas-santander.com/pt)

### **19. Tratamento de dados pessoais**

#### **19.1. Tratamento de Dados Pessoais pela UNIVERSIA HOLDING, S.L.**

Os Candidatos à atribuição da Bolsa inscrever-se-ão na plataforma disponibilizada para o efeito ([www.bolsas-santander.com/pt](http://www.bolsas-santander.com/pt)) e aceitarão os termos e condições quanto à forma

como a UNIVERSIA HOLDING, S.L., enquanto Responsável independente pelo Tratamento de Dados, irá recolher e tratar os seus dados pessoais, necessários à formalização da candidatura.

Os candidatos terão ainda de autorizar, expressamente, a UNIVERSIA HOLDING, S.L., na plataforma a recolher, registar e a tratar informaticamente, os seus dados pessoais, diretamente para esse efeito, bem como a partilhá-los com a Fundação Santander Portugal (ex. nome, email) para efeitos de comunicações comerciais e/ou de carácter académico, próprias e de terceiros de forma personalizada.

A Política de Privacidade e de Tratamento de Dados poderá ser consultada em [https://www.becas-santander.com/pt\\_pt/legal/privacy.html](https://www.becas-santander.com/pt_pt/legal/privacy.html)

Os Candidatos serão responsáveis pela fiabilidade da informação prestada, podendo ser solicitados elementos comprovativos que atestem os dados.

O fundamento jurídico para o tratamento de dados pessoais dos Candidatos:

- a) Para efeitos da candidatura, assenta na execução do contrato de adesão em questão (**o presente Regulamento das Bolsas Santander para Erasmus 202**), que pode ser consultado na plataforma [https://www.becas-santander.com/pt\\_pt/index.html](https://www.becas-santander.com/pt_pt/index.html)
- b) Para efeitos de partilha dos dados do titular com a Fundação Santander Portugal, assenta no prévio consentimento destes, que deverá ser concedido na plataforma da candidatura, acessível em [https://www.becas-santander.com/pt\\_pt/index.html](https://www.becas-santander.com/pt_pt/index.html)

Os dados pessoais destinam-se a ser tratados com as finalidades de candidatura à atribuição da bolsa e partilha de dados com a Fundação Santander Portugal.

## **19.2. Tratamento de Dados Pessoais pela Fundação Santander Portugal**

A Fundação Santander Portugal é o Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais referidos neste documento.



O Encarregado da Proteção de Dados poderá ser contactado na [privacidade.fundacao@santander.pt](mailto:privacidade.fundacao@santander.pt)

Os dados pessoais recolhidos e tratados pela Fundação Santander Portugal serão conservados pelo período de 1 ano, e posteriormente eliminados, ou ainda por período mais alargado, após a sua cessação, pelos prazos de prescrição ou caducidade referentes aos direitos que dele resultam, por força de obrigação legal, regulamentar ou contratual, para defesa ou exercício de direitos no âmbito de eventuais ações judiciais, gestão de reclamações, manutenção de registos para fins de auditoria e prossecução dos interesses legítimos da Fundação Santander Portugal em prevenir e controlar o risco ou acréscimo de prejuízo financeiro e de situações de fraude, bem como em salvaguardar o exercício informado pela Fundação Santander Portugal do princípio da autonomia privada e da liberdade contratual.

Assistem ao Titular dos Dados Pessoais os direitos previstos no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE ("**Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados**"), bem como na Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto ("**Lei da Proteção de Dados Pessoais**"), nomeadamente o direito de solicitar à UNIVERSIA HOLDING, S.L. e à Fundação Santander Portugal o acesso aos dados transmitidos e que lhe digam respeito, à sua retificação e, nos casos em que a lei o permita, o direito de se opor ao tratamento, à limitação do tratamento e ao seu apagamento, direitos estes que podem ser exercidos junto do Responsável pelo Tratamento para os contactos *supra* indicados.

O Titular dos Dados goza ainda do direito de retirar o consentimento prestado, sem que tal comprometa a licitude dos tratamentos anteriormente efetuados.

Ao Titular dos Dados assiste ainda o direito de apresentar reclamações relacionadas com o incumprimento destas obrigações à Comissão Nacional da Proteção de Dados, por correio postal, para a morada Av. D. Carlos I, 134 - 1.º, 1200-651 Lisboa, ou, por correio eletrónico, para [geral@cnpd.pt](mailto:geral@cnpd.pt) (mais informações em <https://www.cnpd.pt/>).